

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITORIA

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

Comunicado

Concurso Professor Titular - Edital FDRP 020/2019

Abertura de Inscrições ao Concurso Público de Títulos e Provas Visando o Provimento de Um (01) Cargo de Professor Titular no Departamento de Direito Privado e de Processo Civil – Áreas Direito Civil, Direito Comercial, Direito do Trabalho e Direito Processual Civil, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

A Vice-Diretora, em exercício, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo torna público a todos os interessados que, de acordo com o decidido pela Congregação em sessão ordinária realizada em 11-10-2019, estarão abertas, pelo prazo de 180 dias, com início às 00h (horário de Brasília) do dia 30-10-2019 e término às 23h59 (horário de Brasília) do dia 26-04-2020, as inscrições ao concurso público de títulos e provas para provimento de 01 (um) cargo de Professor Titular, em RDIDP (Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa), claro e cargo 222771, referência MS-6, com salário inicial de R\$ 16.454,57, valor referente a maio de 2019, junto ao Departamento de Direito Privado e de Processo Civil, nas áreas de conhecimento Direito Civil (Instituições de Direito Privado I e II, Direito Civil I – Obrigações, Direito Civil II – Contratos, Direito das Coisas, Responsabilidade Civil, Famílias e Sucessões, Direito Agrário, Bioética, Direito do Consumidor, Direito Notarial e Registral), Direito Comercial (Empresa, Empresário e Estabelecimento, Propriedade Intelectual e Acesso ao Conhecimento, Fundamentos do Direito Societário, Direito Societário: Sociedades Anônimas e Sociedades Limitadas, Contratos Empresariais, Títulos de Crédito em Espécie, Direito das Empresas em Crise: Recuperação e Falência, Direito dos Seguros Privados), Direito do Trabalho (Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito da Seguridade Social) e Direito Processual Civil (Direito Processual Civil I, II, III, IV e V, Direito Processual Civil – Parte Especial, Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos, Novo Código de Processo Civil), nos termos do art. 125, parágrafo 1º, do Regimento Geral da USP, e o respectivo programa que segue:

PROGRAMA DO CONCURSO PARA PROFESSOR TITULAR

Área: DIREITO CIVIL

Instituições de Direito Privado I

1. Noções elementares sobre teoria da norma e do ordenamento jurídico.
2. As grandes famílias de direito no mundo atual
3. Conflito de leis. Irretroatividade. Teoria do direito adquirido.
4. O Direito Civil e o Direito Comercial.
5. Formação histórica do Direito Civil brasileiro. Fase colonial; fase imperial; o período da pré-codificação civil.
6. Codificação. Trabalhos de elaboração do Código Civil brasileiro.
7. Unificação do direito privado. Argumentos contra e a favor. Atividade dos agentes econômicos privados.
 - 7.1. Histórico da doutrina unificadora.
 - 7.2. Direito empresarial e a situação atual do direito comercial no Brasil. A situação atual do direito civil; projetos de códigos e microsistemas. O Código Civil de 2002.
8. Pessoa e personalidade. Conceito filosófico e conceito jurídico de pessoa. Espécies de pessoas no direito em geral.
9. Pessoa, personalidade, capacidade jurídica, capacidade de fato. Legitimidade e ilegitimidade ou impedimento.
10. Pessoa natural. Início da personalidade. Condição jurídica do nascituro. Condição jurídica do embrião humano.
11. Fim da pessoa natural. Morte presumida. Comoriência. Caracterização da morte e possibilidade de transplante.
12. Incapacidade absoluta e incapacidade relativa. Representação e assistência. Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.
13. Casos de incapacidade absoluta.
14. Casos de incapacidade relativa.
15. Atos válidos dos menores de 18 anos. Emancipação. Atos ilícitos.

16. Noção e classificação das pessoas jurídicas. Panorama atual das pessoas jurídicas. Entes não personalizados.

17. Histórico da pessoa jurídica. Teorias sobre a natureza da pessoa jurídica.

18. Elementos constitutivos (intrínsecos) das pessoas jurídicas de direito privado. Pressuposto formal é o registro (fator extrínseco). Autorizações.

19. Sociedades civis e comerciais.

20. Associações. Espécies de associação. Fundações: conceito; instituição; estrutura. Situação atual das fundações. Empresa; conceito.

21. Extinção das pessoas jurídicas de direito privado.

22. Domicílio das pessoas naturais. Espécies. Pluralidade de domicílios. Domicílios das pessoas jurídicas.

23. Natureza jurídica e quadro geral dos direitos de personalidade. O impacto das novas tecnologias e os desafios para a tutela dos direitos de personalidade.

24. O direito geral da personalidade.

25. O direito à vida.

26. O direito ao corpo e às partes do corpo.

27. O direito ao nome, à imagem e outros relativos à identidade e à figura social, inclusive intimidade. Transgênero e o direito à retificação do assento civil (mudança de nome e da designação sexual).

28. O direito à liberdade, à igualdade, direito moral de autor etc.

29. A relação jurídica e o objeto da relação jurídica. Objeto imediato e objeto mediato. Noção de patrimônio.

30. Classificação de bens. Bens considerados em si mesmos. Bens reciprocamente considerados. Bens considerados sob o ponto de vista do titular do domínio.

31. Os bens considerados em si mesmos. Bens móveis e imóveis. Espécies de bens imóveis.

32. Bens simples e compostos. Bens singulares e coletivos (universalidade de fato e de direito). Sub-rogação real.

33. Os bens reciprocamente considerados. Bens principais e bens acessórios. Frutos; produtos; pertenças; acessões; benfeitorias. A regra o acessório segue o principal.

34. Os bens considerados em relação aos sujeitos. Bens no comércio e bens fora do comércio. Bens públicos e bens particulares.

35. Bem de família. Histórico; conceito; espécies. A Lei 8.009, de 1990.

36. Direitos registráveis e não registráveis. Registro dos bens imóveis. Registro dos bens móveis.

Instituições de Direito Privado II

1. Teoria do fato jurídico. Noções fundamentais e distinção entre existência e eficácia. Classificação dos fatos jurídicos.

2. Atos não negociais.

3. Teoria do negócio jurídico.

4. Plano da existência.

4.1. Evolução do conceito de negócio jurídico.

4.2. Definição de negócio jurídico e suas funções.

4.3. Princípios em matéria de negócio jurídico.

4.4. Declaração e manifestação de vontade.

4.5. Completude e incompletude das declarações.

4.6. Classificação do negócio jurídico.

4.7. Elementos essenciais, naturais e accidentais.

4.8. O momento da formação e conclusão do negócio e o papel da vontade.

4.9. Interpretação dos negócios jurídicos.

4.10. O negócio jurídico como processo, ou procedimento.

4.11. Negócio jurídico e atividade negocial. O conceito de atividade. Empresa.

4.12. Representação. Espécies de representação.

4.13. Teoria da aparência. Efeitos jurídicos da aparência.

5. Plano da validade.

5.1. Vontade e capacidade (remissão). Falta absoluta de vontade.

5.2. Legitimidade e legitimação.

5.3. Forma. Declarações negociais que dependem da forma especial.

5.4. Objeto do negócio jurídico. Objeto e conteúdo. Negócio jurídico per relationem. Requisitos do objeto.

5.5. Vícios negociais: erro, dolo e coação.

5.6. Vícios negociais: estado de perigo e lesão.

5.7. Vícios negociais: fraude contra credores e simulação.

5.8. Negócio fiduciário e negócio indireto.

5.9. O prisma negativo das invalidades. Nulidades e anulabilidades.

5.10. Teoria das nulidades. Inexistência, invalidade (irregularidade) e ineficácia. As sanções em caso de irregularidade do negócio jurídico.

5.11. Espécies de nulidade: de pleno direito e dependente de sentença; absoluta e relativa; sanável e insanável; textual e virtual etc.

5.12. Nulidade e anulabilidade no Código Civil.

5.13. Casos de nulidade.

5.14. Casos de anulabilidade.

5.15. O princípio da conservação dos negócios jurídicos. Nulidade parcial. Conversão.

5.16. Confirmação. Convalidação. Pós-eficacização.

5.17. Particularidades da teoria das nulidades no direito comercial e em outros ramos do direito, especialmente administrativo e processual civil.

6. Plano da eficácia.

6.1. O momento da extinção do negócio jurídico e a frustração do fim. A teoria da base negocial objetiva. Eficácia pós-negocial.

6.2. Meios de prova dos negócios jurídicos. Documentos públicos e documentos particulares. Registro.

6.3. Os fatores da eficácia. Eficácia suspensa. Eficácia relativa (ou incompleta).

6.4. A oponibilidade do negócio jurídico a terceiros.

6.5. A condição e o modelo condicional.

6.6. O termo.

6.7. O encargo.

6.8. O motivo determinante expresso. A pressuposição.

6.9. Ineficácia pendente e ineficácia relativa (ou inoponibilidade ao interessado).

6.10. Ineficácia superveniente: revogação, resolução, rescisão, rescisão.

6.11. Ato ilícito e distribuição equitativa de prejuízos.

7. O ato ilícito e a responsabilidade subjetiva. Pressupostos da responsabilidade civil subjetiva.

7.1. O dano. O dano patrimonial, o dano moral e o dano social.

7.2. O nexo de causalidade. A "correlação".

7.3. A culpa. Força maior; estado de necessidade; e legítima defesa.

7.4. Exercício de direito e suas limitações. Abuso de direito.

7.5. Evolução da responsabilidade civil: responsabilidade objetiva e distribuição equitativa de prejuízos.

7.6. Enriquecimento sem causa.

8. Exercício das situações jurídicas subjetivas, tutela dos direitos, prescrição e decadência.

8.1. Quadro geral das situações jurídicas subjetivas.

8.2. Direito subjetivo, pretensão, exigibilidade e ação. A tutela dos direitos.

9. Prescrição e decadência.

9.1. Prazos de prescrição.

9.2. Causas que impedem ou suspendem a prescrição.

9.3. Causas que interrompem a prescrição.

Direito Civil I – Obrigações

I – Introdução ao Direito das Obrigações

01. Noção geral de obrigação. Conceito jurídico de obrigação. Elementos constitutivos do vínculo jurídico obrigacional.

02. Evolução histórica do Direito das Obrigações. O vínculo jurídico: débito (Schuld) e responsabilidade (Haftung).

03. Casos de quebra da igualdade entre débito e responsabilidade. Obrigação civil e obrigação natural.

04. Distinção entre obrigação (dever de prestar objetivado), dever em geral, ônus e situação de sujeição.

05. Distinção entre direitos reais e pessoais. Obrigação propter rem. Ônus reais.

06. Fontes das obrigações: fonte imediata das Obrigações e as tentativas de unificação do Direito Obrigacional; fontes imediatas das Obrigações.

07. Obrigações e contratos: comparação entre o sistema romano-germânico e o anglo-saxão.

08. Visão atual quadripartida das fontes das obrigações.

09. Fontes voluntárias negociais. Negócio jurídico: contratos e atos unilaterais.

10. Fontes voluntárias não negociais. Os denominados "quase contratos". As relações contratuais de fato ou relações para-negociais.

11. Fontes involuntárias consistentes em ato ilícito.

12. Classificação das obrigações.

13. Obrigações de dar, entregar e restituir coisa certa. Obrigações de dar coisa incerta. Obrigações pecuniárias: princípio do curso forçado da moeda, princípio do nominalismo, cláusula de escala móvel e revisão judicial das obrigações. Dívidas de valor.

14. Obrigações de fazer e não fazer.

15. Obrigações de prestar declaração de vontade.

16. Obrigações de meio e de resultado.

17. Obrigações divisíveis e indivisíveis.

18. Obrigações solidárias. Conceito de solidariedade. Solidariedade ativa. Solidariedade passiva. Extinção da solidariedade.

19. Obrigações alternativas. A escolha.

20. Obrigações condicionais e a termo.

21. Obrigações principais e acessórias.

II - Adimplemento, inadimplemento e outras formas de extinção das obrigações.

22. Pessoas vinculadas à obrigação. Situação dos herdeiros. Promessa de fato de terceiro, estipulação em favor de terceiro e contrato com pessoa a declarar.

23. Distinção entre pagamento, adimplemento e cumprimento da obrigação.

24. Quadro geral das figuras de "pagamento sub-rogado" e das figuras de extinção da obrigação sem pagamento.

25. O pagamento. De quem deve ou pode pagar.

26. Daqueles a quem se deve ou se pode pagar. Pagamentos eficazes feitos a quem não é credor e pagamentos ineficazes feitos ao credor.

27. Objeto do pagamento.

28. Prova do pagamento e presunções de pagamento Quitação.

29. Lugar e tempo do pagamento. Antecipações de vencimento.

30. O pagamento indevido e enriquecimento sem causa.

31. Noção geral de inadimplemento. Distinção entre mora e inadimplemento absoluto.

32. A regra da boa-fé objetiva e o descumprimento de obrigações secundárias ou de deveres acessórios. Caracterização da "violação positiva do contrato".

33. Mora: conceito. Espécies. Consequências da mora do devedor.

34. Termo inicial da mora. Constituição em mora. Casos de exceção ao princípio "dies interpellat pro homine".

35. Mora do credor. Consequências. Purgação da mora em geral.

36. Cláusula penal. Natureza e caracteres da cláusula penal. Pena convencional moratória e compensatória. Efeitos da cláusula penal.

37. Inadimplemento absoluto. Caso fortuito e força maior. Perdas e danos. Os juros legais.

38. Quatro figuras relativas ao inadimplemento e subordinadas à regra da boa-fé objetiva: "substantial performance", "tender of performance", responsabilidade pelo fato do produto ou serviço e pós-eficácia em sentido amplo.

III – Pagamentos especiais:

39. Consignação em pagamento.

40. Pagamento com sub-rogação.

41. Imputação em pagamento.

42. Dação em pagamento.

IV – Extinção das obrigações sem pagamento:

43. Novação.

41. Compensação.

42. Confusão.

43. Remissão de dívidas.

V - Transmissão das Obrigações

44. Cessão de crédito.

45. Cessão de débito.

46. Cessão do contrato.

Direito Civil II – Contratos:

I - Teoria Geral dos Contratos:

1. Conceito jurídico de contrato.

2. Histórico e função socioeconômica do contrato. Evolução da Doutrina Contratual.

3. Princípios do direito contratual na visão tradicional (princípios contratuais clássicos ou liberais): princípio da liberdade contratual, princípio da obrigatoriedade do contrato, princípio do consensualismo e princípio da relatividade dos efeitos do contrato.

4. Os novos princípios contratuais (princípios contratuais sociais): princípio da boa-fé objetiva, princípio da função social do contrato e princípio do equilíbrio contratual.

5. O sinalagma contratual. A chamada causa dos contratos.
6. Requisitos e pressupostos contratuais (partes, objeto e forma).
7. Formação dos contratos. Proposta. Aceitação. Contratos entre presentes e contratos telemáticos entre presentes. Contratos entre ausentes e contratos telemáticos entre ausentes. O silêncio como manifestação de vontade. A conduta como manifestação de vontade (doutrina dos comportamentos concludentes).
8. Lugar da formação dos contratos.
9. As negociações preliminares.
10. O contrato preliminar.
11. Interpretação dos contratos.
12. O contrato de adesão. Condições gerais dos contratos.
13. Contratos bilaterais. Exceção do contrato não cumprido. Cláusula resolutiva tácita. Vícios redibitórios. Evicção.
14. Contratos atípicos e coligados.
15. Contratos aleatórios.
16. Classificação dos contratos.
17. Extinção dos contratos. Resolução, resilição e rescisão.
18. Teoria da imprevisão e resolução do contrato por onerosidade excessiva no Código Civil de 2002 e no Código de Defesa do Consumidor.
II – Contratos em espécie:
19. Compra e venda. Caráter obrigacional ou real da compra e venda. Natureza jurídica e elementos da compra e venda. Regras especiais de algumas modalidades da compra e venda: a) venda por amostra; b) venda ad corpus e ad mensuram; c) despesas nas vendas imobiliárias; d) hipótese de defeito oculto nas coisas conjuntas. Problemas relativos à legitimidade das partes na compra e venda: a) venda de ascendente à descendente; b) venda por pessoa encarregada de zelar pelo interesse do vendedor; c) venda por condômino. Cláusulas especiais à compra e venda: caracterização da retrovenda, venda a contento e da sujeita à prova, preempção ou preferência, venda com reserva de domínio e venda sobre documentos.
20. Compromisso de compra e venda: histórico, conceito, requisitos e pressupostos contratuais que lhe são peculiares, efeitos reais, consequências do inadimplemento.
21. Alienação fiduciária. Conceito, caracterização jurídica e mecanismos de tutela. Distinção de figuras afins.
22. Troca ou permuta. Natureza jurídica. Valor de torna. Diferenças da compra e venda.
23. Doação: natureza jurídica e espécies. Questões relativas às modalidades de aceitação. Restrições à liberdade de doar. Cláusula de reversão. Doação a casal e doação entre cônjuges. Nulidades, anulabilidades e ineficácias da doação. Revogação por ingratidão. Revogação por não cumprimento do encargo.
24. Comodato: conceito e natureza jurídica. Obrigações e direitos do comodatário e comodante. Consequências do comodato interessado.
25. Mútuo: conceito e natureza jurídica. Distinção de figuras afins. Espécies de mútuo. Mútuo feneratício. Juros remuneratórios e limite legal. Lei da Usura. Prazos e extinção do mútuo.
26. Contratos de locação de coisa: a) noção; b) natureza jurídica; c) espécies; d) quadro geral da locação, hoje. Lei de Inquilinato. Locação residencial: espécies e consequências. Direito e deveres do locador e do locatário. Existência ou inexistência do direito de preferência na locação residencial e não residencial. Ação de despejo.
27. Contrato de prestação de serviço. Conceito e características. Distinção entre prestação de serviço e contrato de trabalho.
28. Contratos de empreitada de labor: a) noção; b) natureza jurídica; c) principal diferença do contrato de prestação de serviço; d) extinção de direito subjetivo do empreiteiro de receber a remuneração. Contratos de empreitada de labor e material: a) noção; b) natureza jurídica.
29. Depósito: conceito e das várias espécies de depósitos. Natureza jurídica do depósito voluntário. Figuras afins. Obrigações e direitos do depositante e do depositário. Depósito necessário como relação contratual de fato. Hipóteses legais. Regime jurídico.

30. Mandato. Diferenças entre mandato (contrato), mandato (procuração) e representação. Figuras afins a esses três institutos. Natureza jurídica do contrato de mandato. Obrigações e direitos do mandante e do mandatário. Procuração e poderes outorgados. Procuração em causa própria e cláusula mandato. Atos do falso procurador, do procurador agindo com excesso de poder ou com abuso de representação (Teoria Ultra Vires). Extinção do mandato. Mandato judicial.

31. Contrato de transporte. Conceito e das várias espécies de transportes. Obrigações e direitos dos contratantes.

32. Constituição de renda. Conceito e características. Distinção de figuras afins.

33. Jogo e aposta. Conceito, características e consequências jurídicas.

34. Fiança. Conceito e características. Direitos e Deveres dos contratantes. Benefício de Ordem. Impenhorabilidade do bem de família. Exoneração da fiança.

35. Transação: conceito, natureza jurídica, forma, objeto, efeitos.

36. Compromisso: natureza jurídica, espécies, forma. A cláusula compromissória.

III – Dos Atos Unilaterais:

37. Obrigações por declaração unilateral de vontade. Promessa de recompensa.

38. Gestão de negócios.

Direito das Coisas

01. Introdução ao estudo do direito das coisas. A noção de coisa na teoria dos bens. Diferenças entre direitos reais e pessoais. Características dos direitos reais. Figuras afins: obrigações propter rem, ônus reais e obrigações in rem scriptae.

02. Direito das coisas e direitos reais. Sentidos da palavra propriedade.

03. Posse: origem e evolução histórica. Teorias principais. Conceito. Natureza jurídica. Elementos. Sujeito e objeto da Posse. A questão da posse e os direitos pessoais. Posse e direitos de autoria (direitos de autor e propriedade industrial)

04. As diversas espécies de posse: posse ad usucapionem, ad interdicta, detenção, tença e mera ocupação. Posse direta e indireta. Posse justa e injusta. Posse de boa-fé e de má-fé. Posse velha e posse nova.

05. Aquisição e perda de posse. Registro de posse e conversão do registro em propriedade. Usucapião administrativa.

06. Efeitos da posse: desforço imediato, legítima defesa de posse, ações possessórias, percepção de frutos, indenização por benfeitorias, direito de retenção. Presunções em matéria de posse.

07. A proteção possessória: os interditos e as ações de proibição, manutenção e de reintegração de posse. Outras ações possessórias. Ações semelhantes.

08. Responsabilidade civil do possuidor.

09. A propriedade: evolução, natureza e fundamento do direito de propriedade. Caracteres.

10. Função social da propriedade. Regimes especiais de minas e jazidas. Águas e energia. Florestas, fauna, patrimônio histórico e artístico nacional. Limitações, limites e restrições ao direito de propriedade.

11. Regime jurídico da descoberta de bens.

12. Modos de aquisição da propriedade. Aquisição da propriedade imóvel.

13. Registro imobiliário. Características principais e princípios específicos. A Lei de Registros Públicos.

14. Usucapião: conceito, elementos comuns e espécies no direito brasileiro. Usucapião extraordinária, ordinária, especial rural, especial urbana, especial urbana por abandono do lar, coletiva. Exceção de usucapião, registrabilidade e efeitos da usucapião sobre os demais direitos reais instituídos sobre o imóvel. Usucapio libertatis.

15. Acessão: formação de ilhas, aluvião, avulsão, álveo abandonado, construções e plantações. Construções com invasão de área vizinha.

16. Direito hereditário. Saisine e condomínio entre os herdeiros.

17. Outros modos de aquisição da propriedade imóvel.

18. Perda da propriedade imóvel: alienação, renúncia, abandono, perecimento do objeto. Desapropriação, expropriação e confisco de bens. Outros modos de perda da propriedade.

19. Direitos de vizinhança. Cláusula geral de mau uso da propriedade.

20. Árvores limítrofes. Passagem forçada. Águas. Limites entre prédios e direito de tapagem. Direito de construir.

21. Ações do domínio. Reinvidicatória, vindicatória, confessoria, negatória, dano infecto, nunciação de obra nova. Ação publiciana e propriedade bonitária. Demais ações reais e remédios análogos.

22. Condomínio: conceito, natureza, espécies. Condomínio tradicional. Direitos e deveres dos condôminos. Condomínios de natureza especial. Administração de condomínios. Ação de divisão de condomínio e de extinção de condomínio.

23. Condomínio edilício: evolução histórica, natureza jurídica. Constituição do condomínio. Registro de memorial descritivo. Incorporação imobiliária e patrimônio de afetação. Convenção de condomínio e regimento interno. Direitos e deveres dos condôminos. Sanções da vida condominial. Administração. A assembleia geral, o síndico e o conselho fiscal. Cobrança de prestações condominiais. Extinção do condomínio.

24. Novas modalidades condominiais: clubes de campo, multipropriedade, shoppings centers, cemitérios privados, loteamentos.

25. Modos de aquisição da propriedade imóvel: tradição, ocupação, especificação invenção, confusão, comistão e adjunção. Coisas achadas, furtadas e roubadas.

26. Perda da propriedade móvel

27. Propriedade resolúvel: espécies e regime jurídico.

28. Direitos reais sobre coisa alheia: definição, natureza jurídica, constituição, caracteres, classificação.

29. Enfitese: noção geral. Natureza jurídica. Objeto. Modos de constituição. Direitos e obrigações do foreiro e do senhorio. Foro anual e laudêmio. Comisso. Enfitese em imóveis públicos.

30. Servidões prediais: noção geral. Classificação e espécies. Constituição e extinção. Usucapião de servidão.

31. Usufruto, uso e habitação. Direitos e obrigações do usufrutuário e do proprietário. Constituição e extinção. Cessão do exercício do usufruto. Uso e habitação.

32. Direito de superfície. Conceito, natureza, espécies. Constituição e extinção. Direito de superfície no Código Civil e no Estatuto da Cidade. Semelhanças e diferenças.

33. Direito real de aquisição. Direito do promitente comprador. Tutela do compromissário. Contratos de gaveta e proteção do adquirente. Especificidades em loteamentos.

34. Direitos reais de garantia: noção, histórico, conceito. Espécies. Disposições comuns. Diferenças. Requisitos. Efeitos.

35. Penhor: elementos. Direitos e deveres do devedor e do credor. Espécies: penhor legal; penhor rural (agrícola e pecuário); penhor mercantil; penhor industrial; penhor de veículos; penhor de direitos e de títulos de crédito; penhor e caução. Cédulas de crédito pignoratício. Constituição por tradição e por registro.

36. Anticrese: noção. Direitos e deveres do credor e do devedor anticréticos.

37. Hipoteca: generalidades. Antecedentes históricos. Natureza e caracteres. Constituição. Pluralidade de hipoteca. Hipoteca convencional, legal e judicial. Hipotecas especiais. Efeitos e modificações da hipoteca. Registro e averbação da extinção da hipoteca. Hipoteca e financiamento imobiliário.

38. Propriedade fiduciária. Conceito, contrato. Negócio indireto e negócio fiduciário. Propriedade fiduciária sobre coisas móveis e sobre coisas imóveis. Mora e purgação da mora na propriedade fiduciária. Prisão civil do devedor: panorama histórico e situação atual. Sistema financeiro imobiliário. Securitização de recebíveis imobiliários

39. Direitos reais sociais.

Responsabilidade Civil

1. Aspectos Fundamentais da Responsabilidade Civil.

2. Responsabilidade Civil Subjetiva, Responsabilidade Civil Objetiva.

3. Responsabilidade civil e responsabilidade penal.

4. Responsabilidade contratual e extracontratual.

5. Evolução da responsabilidade civil. O impacto das novas tecnologias e tendências da responsabilidade civil.

6. Da culpa ao risco.

7. O ônus da prova.

8. Dolo e culpa.

9. Graus de culpa.

10. Nexô de causalidade.

11. As excludentes da responsabilidade civil.

12. do caso fortuito e de força maior.

13. Da cláusula de não indenizar.

14. Da assunção do risco pelo devedor.

15. A responsabilidade civil decorrente dos atos abusivos do Direito.

16. Os atos causadores de dano que não são considerados ilícitos.

17. Responsabilidade por fato próprio.

18. Imputabilidade.

19. Capacidade e responsabilidade.

20. Responsabilidade por fato de terceiro.

21. A responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos.

22. Responsabilidade do patrão pelos atos dos empregados.

23. Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público.

24. Responsabilidade pelo fato da coisa.

25. Responsabilidade do transportador.

26. Responsabilidade pela ruína dos edifícios e pelos objetos deles despejados.

27. Responsabilidade pelo fato dos animais.

28. do dano e sua reparação.

29. Dano patrimonial e dano moral.

30. O dano estético.

31. Responsabilidade civil dos médicos.

32. Responsabilidade civil dos bancos.

33. Responsabilidade civil dos hotéis.

34. A hospedagem gratuita.

35. Responsabilidade civil do construtor.

36. Responsabilidade do produtor pelo fato do produto.

37. Seguro de responsabilidade civil.

38. Responsabilidade Civil Ambiental.

Famílias e Sucessões

1. A afetividade como suporte fático das entidades familiares. Novos rumos do Direito das Famílias: pluralismo jurídico e entidades familiares. Famílias simultâneas. Famílias Homoafetivas. Famílias pluriparentais. A discussão quanto ao reconhecimento das famílias poliafetivas.

2. Casamento.

2.1. Formalidades preliminares, habilitação e proclamas.

2.2. Impedimentos matrimoniais, causas suspensivas e incapacidade matrimonial; conceito; classificação; aspectos penais; oposição.

2.3. Celebração; formalidades essenciais; suspensão; registro e formas especiais de celebração; casamento por procuração; casamento nuncupativo; casamento religioso com efeitos civis.

2.4. Casamento putativo.

2.5. Invalidez (nulidade e anulabilidade); inexistência. Prazos decadenciais.

2.6. Efeitos jurídicos pessoais; classificação; direitos e deveres entre cônjuges; fidelidade; coabitação; assistência material e imaterial, respeito e consideração mútuos.

2.7. Casamento: efeitos jurídicos pessoais; direitos e deveres dos cônjuges em relação aos filhos: guarda, sustento e educação (noções gerais). A proteção da pessoa dos filhos.

2.8. Efeitos jurídicos patrimoniais: regime de bens; noções gerais; conceito; princípios fundamentais; pacto antenupcial, doações antenupciais.

2.9. Regime de bens: regime de comunhão universal; regime de comunhão parcial; regime de separação de bens: convencional e obrigatória; regime de participação final de aquestos.

2.10. Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial: noções gerais, evolução histórica e legislativa, efeitos. Medida processual para separação de corpos.

2.11. Divórcio: antecedentes históricos, modalidades; efeitos.

3. União estável: noções gerais; etimologia, antecedentes históricos; jurisprudência. Evolução legislativa e projetos. Conceitos; elementos; espécies. Efeitos jurídicos pessoais e patrimoniais. Contrato de convivência. Dissolução. Concubinato

4. Parentesco.

4.1. Conceito; espécies; linhas e contagem de graus. Paternidade e Maternidade socioafetivas.

4.2. Filiação. Conceito; classificação existente no direito anterior à Constituição Federal de 1988. Os avanços da biomedicina e as presunções de paternidade (reprodução humana assistida).

4.3. Reconhecimento voluntário e forçado.

4.4. Investigação de paternidade e negatória de paternidade.

4.5. Poder familiar (imaterial e material). Conceito; conteúdo; suspensão; destituição e extinção.

4.6. Adoção. Evolução histórica e legislativa. Conceito. Efeitos.

5. Alimentos: conceito; natureza jurídica; alimentos e casamento; alimentos decorrentes da separação judicial e do divórcio; alimentos decorrentes da união estável; alimentos entre parentes; revisão; exoneração; extinção.

6. Tutela: noções gerais; conceito; espécies; deveres, cessação.

7. Curatela: noções gerais; conceito; interdição.

8. Introdução ao direito das sucessões.

9. Momento da transmissão da herança - Da abertura da sucessão.

10. Comoriência.

11. Espécies de sucessão. Espécies de sucessores.

12. Transmissão da herança.

12.1. Indivisibilidade da herança.

12.2. Da cessão de direitos hereditários.

13. Aceitação e renúncia da herança.

13.1. Aceitação da herança: Espécies de aceitação.

13.2. Características da aceitação.

13.3. Renúncia da herança.

13.4. Restrições à liberdade de renunciar.

13.5. Efeitos da renúncia.

13.6. Retratação da renúncia e da aceitação.

14. Da herança jacente.

14.1. Conceito e características.

14.2. Casos de jacência.

14.3. Arrecadação da herança jacente.

14.4. Da investigação para localização de herdeiros.

14.5. do comparecimento de herdeiro e sua habilitação.

14.6. Da declaração de vacância da herança.

15. Da Capacidade sucessória.

15.1. Introdução e verificação da capacidade sucessória.

15.2. Da exclusão do herdeiro por indignidade.

15.3. Distinção entre incapacidade, indignidade e deserção.

16. Sucessão legítima.

16.1. Ordem de vocação hereditária.

16.2. Sucessão por direito próprio (por cabeça) e por representação (por estirpe).

17. Sucessão na linha reta.

17.1. Sucessão dos descendentes.

17.2. Sucessão dos ascendentes.

18. Sucessão decorrente do casamento e da união estável.

18.1. Sucessão do cônjuge.

18.2. Sucessão do companheiro.

19. Sucessão dos colaterais e do poder público.

19.1. Sucessão dos colaterais.

19.2. Sucessão do Poder Público.

20. Sucessão testamentária.

20.1. Notas introdutórias e breve notícia histórica.

20.2. Sucessão testamentária na atualidade.

20.3. Formas de testamento.

20.4. Testamento público.

20.5. Testamento cerrado.

20.6. Testamento particular.

20.7. Testamentos especiais.

20.8. Codicilo.

20.9. Testemunhas testamentárias.

20.10. Disposições testamentárias.

20.10.1. Disposições restritivas. Cláusulas de inalienabilidade, de incomunicabilidade e de impenhorabilidade. Cláusula de conversão em outros bens. Cláusula de administração.

20.11. Capacidade para adquirir por testamento.

21. Deserção.

21.1. Noção e requisitos essenciais.

21.2. Exclusão da sucessão, ação de deserção e efeitos da deserção.

22. Invalidez do testamento.

22.1. Introdução.

22.2. Revogação do testamento.

22.3. Rompimento do testamento.

22.4. Caducidade do testamento.

22.5. Nulidade do testamento.

23. Legados.

23.1. Noção, sujeitos e objeto dos legados.

23.2. Espécies de legados.

23.3. Efeitos do legado.

23.4. Aceitação e renúncia do legado.

23.5. Caducidade do legado.

24. Direito de crescer.

25. Substituições e fideicomisso.

25.1. Conceito e espécies de substituição.

25.2. Características e elementos do fideicomisso.

25.3. Fideicomisso e usufruto: exegese para identificação da vontade do testador.

26. Da liquidação da herança.

27. Colações.

28. Sonegados.

30. Inventário extrajudicial.

Direito Agrário

1. Histórico do direito agrário contemporâneo; antecedentes do histórico do direito agrário; conceito de direito agrário; especialização ou autonomia; precisão terminológica: agrariedade e ruralidade; relação com outros ramos do direito; institutos do direito agrário.

2. Empresa rural; o conceito de empresa; perfis da empresa; características da empresa; empresa no código civil de 2002; críticas à unificação; exceções ao regime empresarial; empresa rural; conceito de empresa rural; código civil 2002; elementos da empresa rural;

3. Atividade rural; definições de atividade rural anteriores ao código civil brasileiro de 2002; atividades agrícolas principais: modelo italiano; a atividade extrativa; silvicultura; atividades consideradas como agrícolas: modelo italiano a favor da diversificação; conexão objetiva e subjetiva; critérios de conexão.

4. A multifuncionalidade da agricultura: novo paradigma para a atividade rural; agricultura multifuncional e aspectos gerais; atividade rural do código civil brasileiro de 2002; definições de atividade rural anteriores ao código civil brasileiro de 2002. Empresário rural; requisito: profissionalidade; empresário rural coletivo; imóvel rural.

5. Estabelecimento; o conceito de estabelecimento; elementos do estabelecimento; Elementos imateriais; elementos materiais do estabelecimento do rural; elementos imateriais do estabelecimento do rural.

6. Marca; conceito; interesses tutelados; importância econômica da marca; marca coletiva; conceito; marca de garantia ou certificação; conceito.

7. Indicação de procedência; aspectos gerais; função da indicação de procedência; termo genérico ou nome comum; denominação de origem; conceito de denominação de origem; aplicação da denominação de origem; requisitos das denominações de origem; funções.

8. Metodologia Sistema Agroindustrial (SAG)

9. Contratos típicos (arrendamento e parceria)

10. Contratos atípicos (quase integração vertical)

11. Organização Mundial do Comércio (OMC)

12. Principais casos da OMC envolvendo o Brasil

13. Política agrícola comunitária (PAC)

14. Política agrícola brasileira

15. Política fundiária

16. Função social da propriedade rural e desapropriação para fins de reforma agrária.

17. As commodities agrárias

18. As bolsas de mercadorias. O mercado futuro.

19. Concorrência na atividade agrária.

20. A intervenção estatal.

21. Os tratados internacionais. O comércio agrário na economia moderna.

22. Patentes vegetais e animais.

Bioética

1. Bioética - conceituação. Fases e classificação da bioética.

2.. Princípios da Bioética.

3. Bioética e direitos fundamentais

4. Bioética e direitos da personalidade.

5. Proteção à vida humana. Direito ao nascimento. Direito de nascer.

6. Planejamento familiar princípio da paternidade responsável.

7. Reprodução humana assistida.
 8. Transplantes de órgãos e tecidos - Lei n. 9.434/97
 9. Prolongamento artificial da vida.
 10. Antecipação da morte.
- Direito do Consumidor
1. O conceito econômico de consumo e sua evolução.
 - 1.1. O modelo de economia de mercado e o princípio da soberania do consumidor.
 - 1.2. As alterações na estrutura e no funcionamento dos mercados e sua repercussão sob o princípio da soberania do consumidor.
 - 1.3. A função consumo nas economias modernas.
 - 1.4. O fenômeno do consumismo.
 - 1.5. Consumismo e consumerismo: origem e evolução dos movimentos consumeristas.
 - 1.6. A proteção do consumidor em âmbito global: principais leis estrangeiras sobre o assunto.
 - 1.7. A proteção do consumidor no Direito Comunitário Europeu: principais diretivas e a transposição ao Direito interno dos países-membros da União Europeia.
 - 1.8. A proteção do consumidor na América Latina. Os protocolos e estudos sobre a defesa do consumidor no âmbito do MERCOSUL.
 - 1.9. A efetiva proteção do consumidor no contexto do comércio eletrônico. Principais mudanças no Código de Defesa do Consumidor tendo em vista o comércio eletrônico.
 2. Código de Defesa do Consumidor brasileiro.
 - 2.1. Direito do consumidor como microsistema jurídico.
 - 2.2. Origem constitucional do Direito do Consumidor e tramitação legislativa do CDC.
 - 2.2. Estrutura e natureza jurídica do Código de Defesa do Consumidor.
 3. Princípios norteadores das relações de consumo.
 - 3.1. Princípio da igualdade real ou substancial.
 - 3.2. Princípio da vulnerabilidade do consumidor e a distinção de hipossuficiência para fins de inversão do ônus da prova no CDC.
 - 3.3. Princípio da transparência.
 - 3.4. Princípio da boa-fé objetiva.
 - 3.4. Princípio do amplo acesso à justiça.
 - 3.5. Princípio da precaução e da prevenção aplicados às relações de consumo. Princípio da segurança.
 - 3.6. Princípio da reparação integral (ou princípio da proteção efetiva do consumidor).
 - 3.7. Princípio da harmonização de interesses: desenvolvimento econômico e defesa do consumidor.
 - 3.8. Princípio da participação do Poder Público no mercado de consumo.
 - 3.9. Princípio da melhoria da sociedade de consumo.
 4. Relação jurídica de consumo.
 - 4.1. Conceito jurídico de consumidor.
 - 4.1.1. Consumidor standard ou padrão.
 - 4.1.2. Coletividade equiparada a consumidor.
 - 4.1.3. Vítimas de acidentes de consumo equiparadas a consumidor (consumidor bystander).
 - 4.1.4. Pessoas expostas às práticas comerciais equiparadas a consumidor.
 - 4.2. Conceito jurídico de fornecedor.
 - 4.3. Conceito jurídico de produtos e serviços no Código de Defesa do Consumidor.
 5. Âmbito de aplicação do Código de Defesa do Consumidor.
 - 5.1. Debate entre a corrente Maximalista e a corrente Finalista. Análise dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça e sua evolução sobre o tema.
 - 5.2. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras (ADIn n. 2.591/2003 do STF).
 - 5.3. Dialogos das fontes: os possíveis diálogos entre o Código Civil de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor.
 - 5.4. Proteção do Consumidor no comércio eletrônico.
 6. Os direitos básicos do consumidor. Natureza e extensão dos direitos contemplados pelo Código de Defesa do Consumidor.
 - 6.1. Direito à vida, saúde e segurança.
 - 6.2. Direito à liberdade de escolha.
 - 6.3. Direito à informação (clara e precisa).
 - 6.4. Direito à revisão e modificação das cláusulas contratuais.
 - 6.5. Direito à reparação de danos morais e patrimoniais.
 - 6.8. Direito à facilitação da defesa em juízo. Possibilidade de inversão do ônus da prova: requisitos e pressupostos; momento da inversão do ônus da prova no CDC; distinção entre a possibilidade de inversão do ônus da prova no CDC e a carga dinâmica do ônus da prova.
 - 6.9. Direito a serviços públicos adequados e eficazes.
 7. Teoria da quantidade e da qualidade estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.
 - 7.1. Responsabilidade pelo vício do produto ou serviço: caracterização e consequências jurídicas e as alternativas do consumidor.
 - 7.2. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço: caracterização e consequências jurídicas.
 - 7.3. As causas de exclusão da responsabilidade no CDC. Problemática em torno das hipóteses de caso fortuito e força maior. Análise dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça sobre fortuito interno e fortuito externo.
 - 7.4. A responsabilidade subsidiária do comerciante e hipóteses de cabimento.
 - 7.5. Responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais.
 - 7.6. Prazos decadenciais e prescricionais na teoria da quantidade e da qualidade.
 - 7.7. Garantia legal versus garantia contratual.
 8. Oferta e publicidade no Código de Defesa do Consumidor.
 - 8.1. Oferta: conceito, características, requisitos, princípios e consequências jurídicas.
 - 8.2. Equiparação do princípio da vinculação da oferta à publicidade. Pressupostos para a incidência do princípio da vinculação do fornecedor à oferta publicitária.
 - 8.3. Alternativas que tem o consumidor na hipótese de recusa pelo fornecedor de cumprimento da oferta publicitária.
 - 8.4. O dever de informar e princípio da transparência na oferta publicitária.
 - 8.5. Aspectos polêmicos sobre a irretratabilidade da oferta publicitária e a reserva à quantidade de produtos em estoque.
 - 8.6. Embalagem e rotulagem.
 - 8.7. Oferta por telefone ou reembolso postal. Oferta publicitária por meios telemáticos.
 9. Controle da publicidade no Código de Defesa do Consumidor.
 - 9.1. Conceito de publicidade. Distinção entre propaganda e publicidade.
 - 9.2. Marketing: ciência multidisciplinar de elaboração da publicidade. Aspectos relevantes sobre a criação de uma campanha publicitária.
 - 9.3. Espécies de publicidade.
 - 9.4. Princípios norteadores da publicidade estabelecidos pelo Código de Defesa do Consumidor.
 - 9.4.1. Princípio da identificação da publicidade.
 - 9.4.2. Princípio da vinculação contratual da publicidade.
 - 9.4.3. Princípio da veracidade da publicidade.
 - 9.4.4. Princípio da não-abusividade da publicidade.
 - 9.4.5. Princípio da inversão do ônus da prova.
 - 9.4.6. Princípio da transparência na atividade publicitária.
 - 9.4.7. Princípio da correção do desvio publicitário.
 - 9.5. Publicidade enganosa: conceito e espécies de publicidade enganosa (comissiva e omissiva).
 - 9.6. Publicidade abusiva: caracterização residual em face à publicidade enganosa e as hipóteses legalmente previstas (publicidade discriminatória, exploradora do medo ou superstição, incitadora da violência, dirigida a crianças, ambiental e indutora de insegurança).
 - 9.7. Controle da publicidade de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias.
 - 9.8. Polêmicas em torno de algumas técnicas de marketing: merchandising, teaser, mock up, puffing dentre outras.
 10. Práticas abusivas.
 - 10.1. Conceito, hipóteses exemplificativas e sanções.
 - 10.2. Condicionamento do fornecimento de produto ou serviço e venda casada.
 - 10.3. Recusa de atendimento à demanda do consumidor.
 - 10.4. Amostras grátis.
 - 10.5. Serviços realizados sem prévio orçamento e autorização do consumidor.
 - 10.6. Divulgação de informações negativas sobre o consumidor. Cadastro indevido no rol dos inadimplentes e dano moral: análise da jurisprudência brasileira. Bancos de dados de proteção ao crédito no Brasil. Direito ao acesso gratuito. Direito e prazo para retificação de informações. Limites temporais dos registros (prazo de cinco anos). Prazo prescricional.
 - 10.7. Tabelamento de preços. Elevação de preço sem justa causa. Reajuste indevido das prestações devidas pelo consumidor.
 - 10.8. Cobrança indevida do consumidor e suas consequências legais (restituição em dobro e reparação de danos morais).

11. Proteção contratual ao consumidor.
 - 11.1. Contratos de adesão: conceito, limites e regras aplicáveis.
 - 11.2. Condições gerais de contratação: conceito, pressupostos e requisitos, limites e regras aplicáveis.
 - 11.3. Interpretação do contrato em favor do consumidor.
 - 11.4. Arrependimento, prazo de reflexão e desistência do contrato pelo consumidor. Peculiaridades dos contratos telemáticos e a aplicação desta regra ao comércio eletrônico.
 - 11.5. Cláusulas abusivas: rol exemplificativo. Cláusula geral de abusividade. Reconhecimento ex officio da nulidade e hipótese de revisão judicial.
12. Crédito ao consumidor.
 - 12.1. Crédito e financiamento ao consumidor: direitos do consumidor e deveres do fornecedor. Lei do Cadastro Positivo.
 - 12.2. Consequências da liquidação antecipada do financiamento. Análise da jurisprudência sobre o tema.
 - 12.3. do superendividamento do consumidor.
13. Desconsideração da personalidade jurídica: precisões conceituais e alcance do instituto nas relações de consumo.
 - 13.1. Posição do controlador e dos administradores.
 - 13.2. O art. 28, § 1º e o veto presidencial.
 - 13.3. Sociedades consorciadas e coligadas.
14. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
 - 14.1. Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacia do Consumidor e Procon.
 - 14.2. Sanções administrativas.
 - 14.3. Cadastro de reclamações fundamentadas.
 - 14.4. Associações civis de defesa do consumidor.
 15. Ação coletiva de consumo.
 - 15.1. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
 - 15.2. Cumulação de pedidos nas ações coletivas.
 - 15.3. Legitimidade de partes e interesse de agir nas ações coletivas de consumo.
 - 15.4. Competência e o foro privilegiado do consumidor.
 - 15.5. Coisa julgada coletiva e limites subjetivos das decisões nas ações coletivas.
 - 15.6. Tentativa da limitação territorial dos efeitos da coisa julgada nas ações coletivas.
 - 15.7. Custas processuais, honorários advocatícios e periciais.
 - Direito Notarial e Registral
 1. Histórico e evolução do Direito Notarial.
 2. Introdução ao Direito Notarial no ordenamento jurídico brasileiro.
 3. O direito notarial em outros países: Portugal, França, Alemanha, Espanha e Argentina.
 4. Natureza jurídica do Direito Notarial (público ou privado) e seu diálogo com outros ramos do Direito.
 5. Definição e função do Direito notarial.
 - 5.1. Características técnicas da função notarial.
 - 5.1.1. Fé Pública.
 - 5.1.2. Publicidade.
 - 5.1.3. Autenticidade.
 6. Princípios do Direito Notarial.
 - 6.1. Princípio da juridicidade.
 - 6.2. Princípio da cautelaridade.
 - 6.3. Princípio da imparcialidade.
 - 6.4. Princípio da publicidade.
 - 6.5. Princípio Rogatório.
 - 6.6. Princípio da tecnicidade da função notarial.
 7. Ingresso na atividade notarial após a CF/88 (delegação).
 - 7.1. Atribuições e competências dos notários.
 - 7.1.1. Atos notariais primários ou protocolares: escritura e ata notarial.
 - 7.1.2. Atos notariais secundários ou extraprotocolares: reconhecimento de firma, autenticação de cópias.
 - 7.2. Incompatibilidades e impedimentos dos notários.
 - 7.3. Escrituração e ordem do serviço.
 - 7.4. Emolumentos.
 8. Da responsabilidade civil e criminal dos notários. Regime da responsabilidade vicária dos prepostos e autorizados.
 9. Tabelionato de notas.
 - 9.1. Escrituras públicas.
 - 9.1.1. Atos que devem ser feitos por escritura pública e escritura de declaração.
 - 9.2. Procurações públicas.
 - 9.3. Reconhecimento de firma e autenticações.
 - 9.4. Ata notarial como meio de prova.
 - 9.5. Lavratura de testamento, sua revogação e aprovação de testamento cerrado.
 - 9.6. Expedição de traslado, certidão fotocópia, dentre outros.
 - 9.7. Abertura e encerramento dos livros do seu ofício e rubrica das respectivas folhas.
 - 9.8. Atos exclusivos do Tabelião (testamento e abertura e encerramento dos livros).
 - 9.9. Assinatura de atos fora do cartório.
 - 9.10. Encaminhamento de títulos a registro.
 - 9.11. Comunicações de DOI (Declaração sobre Operação Imobiliária).
 - 9.12. Separação e Divórcio extrajudicial (Lei 11.441/07).
 - 9.13. Inventário e partilha extrajudicial (Lei 11.441/07).
10. Tabelionato de Protesto de títulos e outros documentos de dívidas.
 - 10.1. Ordem dos serviços em geral.
 - 10.1.1. Expediente público.
 - 10.1.2. Apontamento.
 - 10.1.2.1. Prazo para apontamento.
 - 10.1.3. Formulário de apresentação.
 11. Protesto do cheque.
 12. Protesto das duplicatas.
 13. Prazo para o protesto.
 14. Intimação.
 15. Sustação de protesto.
 16. Protesto por indicação.
 17. Livro Protocolo e Livro de Protestos.
 18. Inoponibilidade das exceções ao terceiro de boa-fé nos títulos cambiais.
 19. Das normas de serviços da Corregedoria Geral de Justiça. O Conselho Superior da Magistratura e as normas do Conselho Nacional de Justiça sobre atividade registral.
 20. Introdução e histórico do Direito Registral.
 21. O Sistema do Registro no ordenamento jurídico brasileiro. O Direito Registral como microsistema e como unidade normativa.
 22. O direito registral em outros países: Portugal, França, Alemanha, Espanha, Argentina, Inglaterra e Estados Unidos.
 23. Princípios do Direito Registral.
 - 23.1. Princípio de inscrição
 - 23.2. Princípio de Presunção e de Fé Pública
 - 23.3. Princípio de Prioridade.
 - 23.4. Princípio de Especialidade
 - 23.5. Princípio de Legalidade
 - 23.6. Princípio de Continuidade
 - 23.7. Princípio de Instância
 24. O registro como atividade de serviço público exercido mediante delegação após a Constituição Federal de 1988.
 - 24.1. Atribuições e competências dos registradores.
 - 24.2. Incompatibilidades e impedimentos dos registradores.
 - 24.3. Escrituração e ordem do serviço.
 - 24.4. Emolumentos e natureza jurídica dos valores pagos a título de serviço registral
 25. Efeitos do registro: constitutivo, publicidade, declaratório.
 26. Da responsabilidade civil e criminal dos registradores. Regime da responsabilidade vicária dos prepostos e autorizados.
 27. Registro Civil das Pessoas Naturais.
 - 27.1. Gratuidade dos serviços aos pobres.
 - 27.2. Nascimento e óbito. Morte presumida, ausência e registro civil.
 - 27.3. Habilitação para casamento e o casamento.
 - 27.4. Averbação da separação e do divórcio. Reestabelecimento da sociedade conjugal.
 - 27.5. Nome da pessoa natural e alterações registrais do nome. Proteção à testemunha.
 - 27.6. Alteração do nome em virtude de mudança de sexo.
 - 27.7. Emancipação e interdição.
 - 27.8. Alterações de regime de bens.
 - 27.9. Adoção e registro civil das pessoas naturais.
 - 27.10. Alteração de nacionalidade.
 28. Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos.
 - 28.1. Efeitos constitutivos do registro de pessoas jurídicas e realidade técnica.
 - 28.2. Alterações em contratos sociais e estatutos.

28.3. Registros de atividades referentes ao condomínio edilício e time-sharing.

28.4. Principais contratos e instrumentos com acesso a registro e seus efeitos.

28.5. Escrituração, transcrição, averbação, ordem do serviço e cancelamento.

28.6. Notificação extrajudicial e integração dos cartórios de títulos e documentos.

28.7. Títulos e documentos e tutela do crédito.

29. do Registro de Imóveis.

29.1. O sistema brasileiro do registro predial e suas características.

29.2. Registro Torrens.

29.3. Atos sujeitos a registro e atos sujeitos a averbação.

Protocolo no registro de imóveis e suas consequências.

29.4. A matrícula imobiliária e suas características.

29.5. Instituição do Bem de Família.

29.6. Remição do imóvel hipotecado.

29.7. Incorporação e loteamento de imóveis.

29.8. Regularização fundiária.

29.9. Títulos judiciais e registro de imóveis.

29.10. Tutela do crédito, fraudes e registro de imóveis.

29.11. Efeitos da usucapião sobre a hipoteca previamente registrada.

29.12 Registro, compromisso de compra e venda e financiamento imobiliário.

30. Atividade correicional do Poder Judiciário.

30.1. Procedimento de dúvida (registro).

30.2. Procedimento administrativo sobre averbações.

31.3. Cancelamento administrativo por nulidade absoluta.

31.4. Bloqueio preventivo de matrículas.

Área: DIREITO COMERCIAL

Programa referente à disciplina ou conjunto de disciplinas e que servirá de base às provas do concurso em questão:

I - Empresa, empresário e estabelecimento;

II - Propriedade intelectual e acesso ao conhecimento;

III - Fundamentos do direito societário;

IV - Direito Societário: sociedades anônimas e sociedades limitadas;

V - Contratos empresariais;

VI - Títulos de crédito em espécie;

VII - Direito das empresas em crise: recuperação e falência;

VIII - Direito dos Seguros Privados.

Conteúdo do programa das disciplinas anteriormente indicadas:

I - Empresa, empresário e estabelecimento

1.1. Teoria jurídica da empresa

1.2. Empresário: caracterização e limites

1.3. Titularidade da empresa: pessoa natural e pessoa jurídica

1.4. Estabelecimento

1.5. Pressupostos de caracterização da EIRELI

1.6. Sistema de registro público da atividade empresarial

II - Propriedade intelectual e acesso ao conhecimento

2.1. Evolução histórica do direito da propriedade intelectual e a ideia da difusão do conhecimento.

2.2. Direito industrial e interesse público.

2.3. Direito industrial e direito da concorrência.

2.4. Patentes. 2.4.1. Limites ao seu reconhecimento. 2.4.2.

Disciplina jurídica. 2.4.3. Licenciamento voluntário e compulsório. 2.4.4. Exaustão de direitos. 2.4.5. A proteção do conhecimento tradicional. 2.4.6. Patentes para biotecnologia. 2.4.7. Patentes químicas, farmacêuticas e alimentícias - o pipeline.

2.5. Modelo de utilidade. 2.5.1. Limites ao seu reconhecimento. 2.5.2. Disciplina jurídica. 2.5.3. Licenciamento voluntário e compulsório.

2.6. Desenho industrial. 2.6.1. Desenhos registráveis e não registráveis. 2.6.2. Disciplina jurídica.

2.7. Marcas. 2.7.1. Marcas registráveis. 2.7.2. Disciplina jurídica.

2.8. Indicação Geográfica. 2.8.1. Indicação de procedência. 2.8.2. Denominação de origem. 2.8.3. Disciplina jurídica.

2.9. Concorrência desleal e importação paralela.

2.10. Cultivares. 2.10.1. Disciplina jurídica.

2.11. Programas de computadores. 2.11.1. Disciplina jurídica.

2.12. Direitos autorais e direitos conexos. 2.12.1. Disciplina jurídica.

III - Fundamentos do direito societário

3.1. Contrato de sociedade

3.2. Teoria geral das sociedades

3.3. Regramento supletivo e regras subsidiárias em matéria societária

3.4. Sociedades simples

3.5. Sociedades não personificadas: sociedades em comum e sociedades em conta de participação

3.6. Sociedades personificadas: tipicidade e utilidade dos modelos

3.7. Sociedades de pessoas e de capital: utilidade da classificação

3.8. Sociedades cooperativas

IV - Direito Societário: sociedades anônimas e sociedades limitadas

4.1. As características e tipificação das Sociedades Anônima e Limitada. Subsidiariedade.

4.2. O processo de constituição das sociedades anônimas e limitadas.

4.3. O capital social nas sociedades anônimas e limitada. Aumento e diminuição.

4.4. Ações. Espécies e classes de ações. Limitações e circulação. Outros títulos de emissão da companhia (partes beneficiárias, bônus de subscrição, debêntures). As quotas partes nas sociedades limitadas.

4.5. Direitos e deveres dos sócios na sociedade anônima e limitada.

4.6. O controlador na sociedade anônima.

4.7. Assembleias gerais e especiais. Reuniões de quotistas. Validade e invalidade das deliberações nas Sociedades Anônimas e Limitadas.

4.8. Administração na sociedade anônima e Limitada. Organização, disciplina e responsabilidades.

4.9. Acordo de acionistas e acordo de quotistas.

4.10. Negócios sobre o controle acionário: alienação de controle e aquisição por companhia aberta. Oferta pública de aquisição e controle.

4.11. Dissolução e liquidação das sociedades anônima e limitada.

4.12. Transformação, incorporação, fusão e cisão nas sociedades anônimas e limitadas.

4.13. Grupos societários: coligação, controle e participação recíproca.

4.14. Grupos societários: subordinação, consórcio e joint venture.

4.15. Subsidiária integral.

4.16. Sociedade de economia mista

4.17. Sociedades dependentes de autorização

V - Contratos empresariais

5.1. Teoria geral dos contratos empresariais

5.2. Contratos futuros de venda e compra mercantil

5.3. Locação para shopping center

5.4. Contrato de alienação fiduciária

5.5. Contrato de leasing

5.6. Contratos de colaboração: agência e distribuição

5.7. Concessão mercantil

5.8. Factoring

5.9. Franchising

5.10. Contratos bancários

5.11. Cédulas de crédito

5.12. Dependência econômica nos contratos empresariais

VI - Títulos de crédito em espécie

6.1. Noção de crédito e título de crédito. 6.1.1. Conceito de título de crédito. 6.1.2. Títulos de crédito eletrônico.

6.2. Letra de câmbio: origem e evolução histórica. 6.2.1. Requisitos da emissão.

6.2.3. Declarações cambiárias: aceite. 6.2.4. Aval. 6.2.5. Circulação: endosso. 6.2.6. 4. Vencimento e pagamento. 6.2.7. Protesto e intervenção. 6.2.8. Direito de regresso. 6.2.9. Multiplicação da letra. 6.2.10. Ressaque. 6.2.11. A ação cambial e a prescrição. 6.2.12. A ação de enriquecimento indevido.

6.3. Nota Promissória. 6.3.1. Disciplina jurídica.

6.4. Cheques: modalidades. 6.4.1. Conceito e requisitos da emissão. 6.4.2. Circulação e extinção do cheque: visto e cruzamento. 6.4.3. Compensação. 6.4.4. Prescrição.

6.5. Duplicata Mercantil. 6.5.1. Natureza, requisitos e circulação. 6.5.2. Remessa e devolução. 6.5.3. Vencimento, pagamento e protesto. 6.5.4. Ação Cambial.

6.6. Conhecimento de Depósito e Warrant. 6.6.1. Emissão e Circulação.

6.7. Conhecimento de Transporte. 6.7.1. Emissão. 6.7.2. Modalidades de Endosso.

6.8. Títulos de Créditos e Valores Mobiliários.

6.9. A cédula de crédito bancário e o certificado de crédito bancário.

6.10. Cédula de crédito industrial e Nota de crédito industrial. Cédula de crédito comercial e Nota de crédito comercial. Cédula de crédito à exportação e Nota de crédito à exportação.

6.11. Cédula rural hipotecária. Cédula rural pignoratícia. Cédula rural pignoratícia e hipotecária. Duplicata rural, Nota de crédito rural e Nota promissória rural; Cédula de produto rural (CPR), com ou sem garantia cedular Certificado de depósito agropecuário (CDA); promessa de entrega de produtos agropecuários), Warrant agropecuário (WA; direito de penhor sobre o produto descrito no CDA), Certificado de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificado de recebíveis do agronegócio

6.12. Letra de Crédito Imobiliário (LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária), Cédula de crédito imobiliário (CCI) e Cédula de crédito bancário. Letra de arrendamento mercantil (LAM).

VII - Direito das empresas em crise: recuperação e falência

7.1. O direito concursal. A evolução histórica do direito concursal e tendências atuais.

7.2. O direito concursal brasileiro. Institutos e princípios da Lei n. 11.101/2005.

7.3. A disciplina jurídica da Lei n. 11.101/2005. Institutos nas disposições preliminares e disposições comuns.

7.3.1. A Verificação e habilitação de crédito.

7.3.2. O administrador judicial e o comitê de credores.

7.4. A assembleia geral de credores.

7.5. A recuperação judicial: histórico, conceito e instituto. O pedido e o processamento da recuperação judicial.

7.6. O plano de recuperação judicial.

7.7. Processo de recuperação judicial.

7.8. O procedimento simplificado de recuperação para a pequena empresa.

7.9. A recuperação extrajudicial.

7.10. A Falência na Lei n. 11.101/2005: noções gerais e principais mudanças.

7.11. Os tipos de falência. O pedido e o procedimento para a decretação da falência.

7.12. A Habilitação e classificação dos créditos na falência. O pedido de restituição.

7.13. A inabilitação empresarial, os deveres e direitos do falido.

7.14. A arrecadação e guarda dos bens.

7.15. Os efeitos da decretação de falência sobre as obrigações do devedor.

7.16. A ineficácia e a revogação dos atos praticados antes da falência.

7.17. A realização do ativo e o pagamento dos credores.

7.18. O encerramento da falência e a extinção das obrigações do falido.

7.19. As liquidações extrajudiciais

VIII - Direito dos Seguros Privados

8.1. Operação de seguro.

8.2. O Direito dos seguros privados.

8.3. Contrato de seguro. 8.3.1. Interesse segurável. 8.3.2. A conclusão do contrato. 8.3.3. Instrumentos contratuais. 8.3.4. Garantia e indenização. 8.3.5. Prescrição das ações derivadas do contrato de seguro.

8.4. Seguros de danos e de pessoa. 8.4.1. Exclusões legais de risco nos seguros de dano. 8.4.2. Regra do rateio proporcional nos seguros de danos. 8.4.3. Transmissão do contrato nos seguros de dano. 8.4.4. Diferentes tipos de seguros de dano. 8.4.5. Seguro de vida: diferentes tipos e particularidades. 8.4.6. O Seguro de acidentes pessoais e em grupo.

8.5. O sistema nacional de seguros. 8.5.1. Superintendência de seguros privados. 8.5.2. O Instituto de Resseguro do Brasil. 8.5.3. As sociedades seguradoras. 8.5.4. As sociedades mútuas de seguros. 8.5.5. A liquidação administrativa forçada das entidades seguradas. 8.5.6. Os corretores de seguros.

Área: DIREITO DO TRABALHO

Direito do Trabalho

1. Conceito, definição e divisão do Direito do Trabalho;
 2. Natureza jurídica do Direito do Trabalho;
 3. Princípios do Direito do Trabalho;
 4. Fontes formais do Direito do Trabalho;
 5. A Constituição Federal;
 6. A Consolidação das Leis do Trabalho;
 7. Direito Internacional do Trabalho;
 8. Direito Comunitário do Trabalho;
 9. Direito Individual do Trabalho e o seu objeto;
 10. Relação de emprego e de trabalho;
 11. Contrato de trabalho. Conceito e figuras afins;
 12. Sujeitos do contrato individual de trabalho (empregador, empregado, trabalhador autônomo, eventual e avulso);
 13. Empregador: grupo de empresas, locadores de mão-de-obra e empresas de trabalho temporário. Poderes do empregador
 14. Admissão do empregado. Formação do contrato. Contrato de experiência. Ficha de Registros e CTPS
 15. Contrato de trabalho: desenvolvimento
 16. Empregado doméstico, trabalhador rural, servidor público, diretor de sociedade, sócio, empregado em domicílio
 17. Trabalho de adolescentes: aprendizagem. Outras formas de relações de trabalho: temporários, autônomos, eventuais, cooperativas de trabalho
 18. Salário e remuneração. Conceito. Componentes da remuneração
 19. Modalidades da estipulação do salário
 20. 13º salário. Gratificações. Adicionais, utilidades. Gorjetas. Prêmios. Comissões. Parcelas não salariais
 21. Salário mínimo. Piso salarial
 22. Regras de proteção ao salário
 23. Equiparação salarial. Reajustes e aumento salariais
 24. Trabalho da mulher, da criança e do adolescente
 25. Saúde e segurança do trabalho. Insalubridade. Periculosidade. Reflexos remuneratórios
 26. Jornadas de trabalho. Repouso semanal remunerado.
 27. Trabalhos em dias de repouso. Revezamento. Consequências remuneratórias.
 27. Trabalhos em dias de repouso. Revezamento. Consequências remuneratórias.
 28. Controle de frequência. Justificação de ausências. Regime de compensação. Banco de horas
 29. Horas extraordinárias
 30. Férias anuais remuneradas. Aquisição do direito
 31. Concessão de férias. Férias coletivas. Remuneração
 32. Férias e rescisão contratual
 33. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
 34. Formas de extinção do contrato de trabalho
 35. Garantias de emprego. Estabilidade
 36. Homologação da rescisão contratual
 37. Direitos do empregado em cada tipo de extinção do contrato
 38. Aviso prévio, 13º salário proporcional e férias proporcionais
 39. Participação nos lucros ou resultados. Indenizações
- ##### Direito Coletivo do Trabalho
1. História;
 2. Conflitos trabalhistas: Classificação e Formas de composição.
 2. Direito Coletivo do Trabalho:
 - 2.1. Conceito e divisão.
 - 2.2. Princípios
 - 2.3. Liberdade sindical.
 3. Organização sindical.
 4. Funções do sindicato.
 5. O sindicato e poder público.
 6. Associações sindicais de grau superior: Federações e confederações.
 7. Centrais sindicais.
 8. Negociação coletiva.

9. Convenções e acordos coletivos.
10. Representação dos trabalhadores na empresa.
11. Greve: serviço público e privado.
- Direito Processual do Trabalho

 1. Princípios.
 2. Autonomia.
 3. conceito e definição.
 4. Organização da Justiça do Trabalho.
 5. Competência da Justiça do Trabalho.
 6. Dissídios individuais.
 7. Fases postulatórias e conciliatórias.
 8. Petição inicial.
 9. Audiência.
 10. Arquivamento, revelia e confissão.
 11. Resposta: contestação e exceções.
 12. Fases probatória e decisória: meios e prova e ônus da prova.
 13. Sentença.
 14. Provas.
 15. Recursos no processo trabalhista.
 16. Execução no processo trabalhista.

- Direito da Seguridade Social

 - 1 - História;
 - 2 - Princípios;
 - 3 - Conceito;
 - 4 - Fundamentos;
 - 5 - Risco e responsabilidade social
 - 6 - Modelos;
 - 7 - Seguridade social no Brasil:
 - 7.1 - Saúde
 - 7.1.1 - História;
 - 7.2.2 - conceito;
 - 7.1.3 - Princípios;
 - 7.1.4 - modelo brasileiro;
 - 7.1.5 - proteção à saúde no Brasil após a CF/88.
 - 7.2 - Assistência social
 - 7.2.1 - História;
 - 7.2.2 - conceito;
 - 7.2.3 - Princípios;
 - 7.2.4 - Modelo brasileiro;
 - 7.2.5 - coberturas assistenciais após a CF/88.
 - 7.3 - Previdência social
 - 7.3.1 - História;
 - 7.3.2 - conceito;
 - 7.3.3 - Princípios;
 - 7.3.4 - modelo brasileiro;
 - 7.3.5 - custeio;
 - 7.3.6 - benefícios.

- Área: DIREITO PROCESSUAL CIVIL
- Direito Processual Civil I

 1. Direito e conflito
 - 1.1. Resolução de conflitos nas sociedades contemporâneas
 - 1.2. Resolução consensual e resolução adjudicada de conflitos
 - 1.3. Negociação, conciliação e mediação – aspectos gerais
 - 1.4. Arbitragem - aspectos gerais
 2. Justiça e Jurisdição
 - 2.1. Poder judiciário – estrutura, organização e funcionamento
 - 2.2. Jurisdição estatal e jurisdição privada
 - 2.3. Jurisdição e direito de ação
 - 2.4. A jurisdição civil
 - 2.5. Jurisdição e processo administrativo
 - 2.6. Competência de jurisdição
 - 2.6.1. A distribuição da competência
 - 2.6.2. Critérios de distribuição da competência.
 - 2.6.3. Competência territorial geral.
 - 2.6.4. Competência territorial especial.
 - 2.6.5. Competência relativa e competência absoluta.
 - 2.6.6. Modificações da competência.
 - 2.6.7. A declaração da incompetência.
 3. Direito Processual Civil
 - 3.1. Modelo adversarial e modelo inquisitorial de justiça
 - 3.2. A matriz constitucional do direito processual civil brasileiro
 - 3.3. A perspectiva instrumentalista de estudo do direito processual brasileiro
 - 3.4. Princípios estruturantes do direito processual civil
 - 3.5. Direito processual civil comparado: modelos processuais de civil law, de common law e modelos mistos
 - 3.6. O direito de ação
 - 3.6.1. Teorias do direito de ação e seu significado social e político
 - 3.6.2. O sistema brasileiro das condições da ação e pressupostos processuais
 4. Participação e processo
 - 4.1. A importância do contraditório nos métodos de resolução de conflitos
 - 4.2. Partes e terceiros nos métodos de resolução de conflitos
 - 4.3. Legitimidade e representação processual.
 - 4.4. Deveres das partes e seus procuradores.
 - 4.5. Substituição e sucessão processual.
 - 4.6. Pluralidade de partes: litisconsórcio – modalidades e efeitos
 - 4.7. O terceiro no processo judicial
 - 4.8. Modalidades de intervenção de terceiros no processo civil brasileiro e seus efeitos.
 - 4.9. Assistência
 - 4.10. Denúnciação da lide e chamamento ao processo.
 - 4.11. Oposição e nomeação à autoria
 - 4.12. O “amicus curiae” no processo brasileiro
 - 4.13. Outros mecanismos de participação de terceiros
 - 4.13.1. Intervenção espontânea e recurso do terceiro prejudicado.
 5. Tutela jurisdicional
 - 5.1. Efetividade do processo e tutela jurisdicional
 - 5.2. Forma e função no processo civil
 - 5.3. Tipos de processo civil no sistema brasileiro e o conceito de “processo sincrético”
 - 5.4. Classificações das tutelas jurisdicionais
 - 5.5. Tutela jurisdicional diferenciada
 - Direito Processual Civil II
 1. Forma e função no processo civil
 - 1.1. Processo e procedimento
 - 1.2. Atos processuais: conceito, classificação e forma.
 - 1.3. Inexistências e Invalidades processuais
 - 1.4. Formação e suspensão do processo.
 - 1.5. Disponibilidade e flexibilização procedimental no sistema brasileiro
 2. Procedimentos judiciais cíveis do sistema brasileiro – aspectos gerais
 - 2.1. Procedimentos ordinário e sumário do processo de conhecimento
 - 2.2. Procedimentos executivos e fase de cumprimento de sentença
 - 2.3. Tutelas de urgência e procedimentos cautelares geral e específicos
 3. Procedimento ordinário do processo de conhecimento
 - 3.1. Petição inicial. Requisitos. Indeferimento.
 - 3.2. Pretensão, demanda, pedido e mérito. Cumulação de pedidos.
 - 3.3. Citação. Intimação.
 - 3.4. Respostas do réu.
 - 3.5. A delimitação do objeto do processo e seus efeitos
 - 3.6. Reconhecimento do pedido. Revelia e contumácia.
 - 3.7. Reconvenção e ação declaratória incidental.
 - 3.8. Fase ordinatória: audiência preliminar
 - 3.9. Saneamento do processo
 - 3.9.1. Saneamento e resolução consensual dos conflitos
 - 3.9.2. Gerenciamento de processos judiciais
 - 3.10. Do julgamento conforme o estado do processo: julgamento antecipado da lide.
 - 3.10.1. Fato e direito na resolução judicial de conflitos
 - Direito Processual Civil III
 1. Prova, verdade e escopos do processo.
 2. Prova: conceito e aspectos terminológicos.
 3. Direito à prova: inserção constitucional.
 4. Objeto da prova.
 5. Destinatários da prova.
 6. Atividade instrutória do juiz.
 7. Prova e presunções
 8. Ônus da prova (aspectos subjetivo e objetivo).
 - 8.1. Inversão do ônus da prova.
 - 8.2. Distribuição dinâmica do ônus da prova
 9. Procedimento de produção de provas
 - 9.1. Momento de postulação.
 - 9.2. Momento de admissão.
 - 9.3. Provas ilícitas no sistema brasileiro.
 - 9.4. Momento de Produção.
 - 9.5. Prova emprestada.

4.2. O trinômio: Ação - Jurisdição - Processo nos planos individual e coletivo.

4.3. O microsistema processual coletivo: fundamentos constitucionais, legislação especial e o código de processo civil

5. Os interesses transindividuais no direito brasileiro e sua evolução legislativa.

5.1. Os interesses essencialmente coletivos: difusos e coletivos em sentido estrito.

5.2. Os interesses episodicamente coletivos: individuais homogêneos.

6. Ação civil pública, da lei 7.347/85: objeto, legitimação, pedido, sentença, coisa julgada.

7. Inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta.

8. Concomitância de ações coletivas, entre si e em face de ações de ações individuais.

9. Liquidação e execução nas ações coletivas.

10. O fluid recovery.

11. A coisa julgada coletiva

12. Mandado de segurança coletivo: legitimação, objeto e coisa julgada.

Novo Código de Processo Civil

A jurisdição no Estado Constitucional;

A Ação, Defesa e Processo no Estado constitucional;

A tutela dos direitos fundamentais: tutela do direito processual e tutela de direito material;

A atuação do juiz na fase cognitiva e executiva;

A efetiva possibilidade de participação (partes e juiz) na decisão judicial.

Utilização de técnicas processuais adequadas ao direito material carente de tutela.

O concurso será regido pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade de São Paulo e no Regimento da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

1. Os pedidos de inscrição deverão ser feitos, exclusivamente, por meio do link <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao> no período acima indicado, devendo o candidato apresentar requerimento dirigido à Diretora da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, contendo dados pessoais e área de conhecimento (especialidade) do Departamento a que concorre, anexando os seguintes documentos:

I – memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital;

II – prova de que é portador do título de Livre-Docente outorgado pela USP ou por ela reconhecido;

III – prova de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino;

IV – título de eleitor;

V – comprovante(s) de votação da última eleição, prova de pagamento da respectiva multa ou a devida justificativa.

VI – Ao inscrever-se o candidato enviará ao e-mail da Assistência Acadêmica, atacdrp@usp.br, tese original, ainda não publicada, com 50 páginas, no mínimo, sobre escolha pertinente à matéria em concurso.

VII - comprovante de pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 80,00, nos termos da PORTARIA INTERNA FDRP 17, de 30-08-2013, na conta 130241-8, agência 1969-0, Banco do Brasil, em nome da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, mediante depósito/transferência bancária, que deverá ser identificado pelo nome do candidato e o comprovante, enviado ao e-mail atacdrp@usp.br. A inscrição será confirmada mediante o envio do comprovante de depósito/transferência.

§ 1º - Elementos comprobatórios do memorial referido no inciso I, tais como maquetes, obras de arte ou outros materiais que não puderem ser digitalizados deverão ser apresentados até o último dia útil que antecede o início do concurso.

§ 2º - Os docentes em exercício na USP serão dispensados das exigências referidas nos incisos III e IV, desde que as tenham cumprido por ocasião de seu contrato inicial.

§ 3º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos III, IV e V, devendo comprovar que se encontram em sua situação regular no Brasil.

§ 4º - O candidato estrangeiro aprovado no concurso e indicado para o preenchimento do cargo só poderá tomar posse se apresentar visto temporário ou permanente que faculte o exercício de atividade remunerada no Brasil.

§ 5º - Caso o candidato não satisfaça a exigência do inciso II, e desde que não pertença a nenhuma categoria docente na USP, poderá requerer sua inscrição como especialista de reconhecido valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 80 do Estatuto da USP, o que dependerá da aprovação de dois terços dos membros da Congregação.

§ 6º - No ato da inscrição, os candidatos portadores de necessidades especiais deverão apresentar solicitação para que se providenciem as condições necessárias para a realização das provas.

2. As inscrições serão julgadas pela Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

Parágrafo único – O concurso deverá realizar-se no prazo de trinta a cento e oitenta dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Estado da aprovação das inscrições, de acordo com o artigo 151, parágrafo segundo, do Regimento Geral da USP.

3. As provas constarão de:

I – julgamento dos títulos - peso 04;

II – prova pública oral de erudição - peso 02;

III – prova pública de arguição - peso 04;

§ 1º - A convocação dos inscritos para a realização das provas será publicada no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Os candidatos que se apresentarem depois do horário estabelecido não poderão realizar as provas.

4. O julgamento dos títulos, expresso mediante nota global, deverá refletir os méritos do candidato como resultado da apreciação do conjunto e regularidade de suas atividades, compreendendo:

I – produção científica, literária, filosófica ou artística;

II – atividade didática universitária;

III – atividades profissionais ou outras, quando for o caso;

IV – atividade de formação e orientação de discípulos;

V – atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

VI - diplomas e outras dignidades universitárias.

Parágrafo único: No julgamento dos títulos deverão prevalecer as atividades desempenhadas nos cinco anos anteriores à inscrição.

5. A prova pública oral de erudição será pública e realizada com base no programa previsto neste edital, de acordo com o artigo 156 do Regimento Geral da USP.

I – compete à comissão julgadora decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa acima mencionado;

II – o candidato, em sua exposição, não poderá exceder a sessenta minutos;

III – ao final da apresentação, cada membro da comissão poderá solicitar esclarecimentos ao candidato, não podendo o tempo máximo, entre perguntas e respostas, superar sessenta minutos;

IV – cada examinador, após o término da prova de erudição de todos os candidatos, dará a nota, encerrando-a em envelope individual.

6. A prova pública de arguição versará sobre tese original, ainda não publicada, com 50 páginas, no mínimo, sobre assunto de livre escolha pertinente à matéria em concurso, apresentada pelo candidato conforme item 1, VI.

7. Ao término da apreciação das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final que será a média ponderada das notas por ele conferidas, observados os pesos fixados no item 3.

8. As notas das provas poderão variar de zero a dez, com aproximação até a primeira casa decimal.

9. O resultado do concurso será proclamado pela comissão julgadora imediatamente após seu término, em sessão pública.

10. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

11. A indicação dos candidatos será feita por examinador, segundo as notas por ele conferidas.

12. Será proposto para nomeação o candidato que obtiver o maior número de indicações da comissão julgadora.

13. A posse do candidato indicado ficará sujeita à aprovação em exame médico realizado pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, nos termos do Artigo 47, VI da Lei 10.261/68.

14. A nomeação do docente aprovado no concurso, assim como as demais providências decorrentes, serão regidas pelos termos da Resolução 7271 de 2016.

15. O docente em RDIDP deverá manter vínculo empregatício exclusivo com a USP, nos termos do artigo 197 do Regimento Geral da USP.

16. O concurso terá validade imediata e será proposto para nomeação somente o candidato indicado para o cargo posto em concurso.

17. O candidato será convocado para posse pelo Diário Oficial do Estado.

18. Maiores informações, bem como as normas pertinentes ao concurso, encontram-se à disposição dos interessados na Assistência Técnica Acadêmica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, na Av. Bandeirantes, 3900, 2º andar do Bloco D, à Rua Prof. Aymar Baptista Prado, 835, campus USP de Ribeirão Preto, email: atacfdrp@usp.br; telefone: (16) 3315 4954.